

Parecer nº 151/99

Data: 1999.09.22

Processo nº 672

Requerente: Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas.

Requerido: Assembleia Municipal de Vendas Novas

1. A «bancada» do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas solicita que esta Comissão informe se tem «efectivo carácter legal» a recusa do pedido de uma cópia das gravações das três últimas sessões daquela Assembleia Municipal.
2. O presidente da Assembleia Municipal de Vendas Novas considera que a utilização de meios de gravação das sessões foi aprovada com o objectivo único de apoiar a elaboração das respectivas actas e que a aprovação das actas na reunião imediatamente posterior lhes confere definitivamente carácter legal fazendo prova plena quanto ao seu conteúdo pelo que a pretensão de uma cópia tem «manifesta falta de fundamento legal».

Acrescenta no entanto o presidente da Assembleia Municipal que, «como já tem sido referido, em várias sessões, os serviços de apoio a esta autarquia estão à disposição de todos os membros da Assembleia para proporcionarem a audição das gravações das sessões, desde que para isso solicitados com antecedência».

A bancada do Partido Socialista entende que qualquer cidadão pode e deve ter acesso às referidas gravações porque as reuniões da Assembleia são públicas.

3. Perante situações idênticas esta Comissão recordou que, além da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada

pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho – outro regime jurídico será aplicável ao funcionamento dos órgãos autárquicos e ao estatuto dos eleitos locais, incluindo o direito de conhecer documentação autárquica.

Todavia nada impede que os eleitos autárquicos, como quaisquer outras pessoas, possam invocar o direito de acesso regulado pela LADA.

Dadas as competências atribuídas pela lei, a esta Comissão só cabe pronunciar-se sobre o regime de acesso aos documentos administrativos previsto na LADA. É o que se faz a seguir.

4. O princípio geral do regime do «arquivo aberto» é o de que todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos não nominativos (artigo 7º, nº 1 da LADA).

São não nominativos os documentos que não contenham dados pessoais (informações sobre pessoa singular com apreciações, juízos de valor ou abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada – artigo 4º, nº 1).

Quanto ao acesso aos documentos nominativos (contendo dados pessoais) fica reservado ao seu titular ou a quem este autorize bem assim a «terceiros que demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo» (artigo 8º).

A noção de «documentos» adoptada pela lei é ampla; abrange quaisquer suportes de informação gráficos, sonoros, visuais, informáticos ou registos de outra natureza, elaborados ou detidos pela Administração Pública [artigo 4º, nº 1 a)]. Tal noção inclui, sem dúvida, todas e quaisquer gravações sonoras.

A LADA rege o acesso aos documentos com origem ou detidos pela Administração Pública abrangendo esta, designadamente, os órgãos autárquicos (artigo 3º, nº 1).

O acesso à informação pode exercer-se mediante consulta gratuita, reprodução ou cópia e por passagem de certidão – artigo 12º, nº 1.

A reprodução ou cópia é feita em exemplar sujeito a pagamento pela pessoa que a solicitar (artigo 12º, nº 2).

5. Quanto ao que importa para o regime da LADA, há que considerar que o presidente da Assembleia Municipal não recusa o acesso («os serviços de apoio estão à disposição... para proporcionarem a audição das gravações das sessões») embora o entenda sem fundamento legal e, segundo parece, também afaste a possibilidade de reprodução por meio de cópia, conforme foi requerido.

Ora, desde que estejam em causa apenas documentos não nominativos, como se afigura ser o caso presente, é desnecessária qualquer fundamentação específica para o acesso (artigo 7º, nº 1), a qual a lei só exige para os documentos nominativos (artigo 8º).

6. No que toca à forma do exercício do acesso a sua escolha não cabe à Administração mas ao interessado.

Só seria de aceitar a recusa de uma dada forma de acesso se a mesma não fosse viável para o serviço público em causa – por exemplo, se não dispusesse dos meios técnicos a tanto adequados, o que aqui não parece suceder (para gravar as sessões é necessário equipamento que decerto será apto a copiar as gravações efectuadas).

Acrescente-se que as razões apresentadas pelo presidente da Assembleia Municipal não colidem com o que antes se disse. Não está aqui em causa a eficácia dos documentos a que se pretende ter acesso e, por outro lado, a restrição da finalidade dos documentos decorrente de deliberação não basta para impedir o acesso aos mesmos, desde que existam.

7. Nos termos expostos, delibera esta Comissão que qualquer pessoa, incluindo os membros da Assembleia eleitos pelo Partido Socialista, tem o direito de acesso às gravações existentes das sessões da Assembleia Municipal de Vendas Novas sem necessidade de fundamentação, designadamente quanto à finalidade do acesso, e pela forma legal que escolher, incluindo a reprodução por meio de cópia, sujeita a pagamento.

Notifique-se.

Lisboa, 22 de Setembro de 1999.

Renato Gonçalves (Relator) – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)